



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O COLEGIADO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
COMO PROCESSO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Regina Mara Carvalho Ferreira Cantizane

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O COLEGIADO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
COMO PROCESSO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Gestores, vinculada a Universidade
Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista em
Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

REGINA MARA CARVALHO FERREIRA CANTIZANE

O COLEGIADO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROCESSO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em ____outubro de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

(Professor – Avaliador)

Professora Wanderléa Mendes Guedes
(Orientadora)

Regina Mara Carvalho Ferreira Cantizane
(Cursista)

RESUMO

O Presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da “Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, com destaque para o tópico Processos de Decisão, abordando a relevância da participação colegiada na gestão da escola pública, tendo como referência o que aponta a literatura sobre o tema em questão. No contexto acadêmico, a análise dessa participação enfatiza que quando todos participam, ocorre a legitimação do processo, os resultados aparecem e os benefícios alcançam a todos os envolvidos. Não há democracia quando não há participação. A gestão da escola pública deve contar com a participação de todos os atores sociais envolvidos com o projeto educativo, como diretor (gestor), professores, alunos, pais, demais servidores e comunidade escolar, priorizando assim a participação democrática. Neste modelo de gestão, ambos participam de todos os aspectos de gestão incluindo administrativo, financeiro e pedagógico, dinamizando a real função da escola, que é socializar o conhecimento sistematizado e organizado historicamente, agregando-o aos saberes populares, tendo como objetivo primordial formar o cidadão, ajudando-o na construção de atitudes e valores, primando pelos seus direitos e deveres, que devem ser discutidos e definidos democraticamente, possibilitando assim, o exercício da democracia.

Palavras-chaves: Participação democrática – Modelos de gestão - Colegiado escolar.

ABSTRACT

This article presents the importance of collegial participation in the management of public schools. In the academic context, the analysis of such participation emphasizes that when everyone participates, is the legitimacy of the process, and the results show the benefits reach everyone involved. There is no democracy when there's participation. The school management with the participation of all social actors involved in the educational project as director (manager), teachers, students, parents, other employees and the school community, thereby prioritizing democratic participation. Both participate in all aspects of management including administrative, financial and educational, stimulating the real function of the school, which is socializing knowledge systematized and organized historically, adding it to popular knowledge, having as main objective to form the citizen, helping in the construction of attitudes and values, striving for their rights and duties, which should be discussed and democratically defined thus enabling the exercise of democracy.

Keywords: Democratic Participation - Management Models - Collegiate School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1.TITULO: O COLEGIADO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROCESSO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA.....	07
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	18

INTRODUÇÃO

A participação na gestão da escola pública é uma orientação fundamentada na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei 9.394/96), objetivando a participação da comunidade na qual a escola está inserida, no processo de gestão da educação pública, tornando esse um processo democrático. É sabido que as instituições escolares devem contar com a participação colegiada para subsidiar o trabalho do gestor (a) escolar, uma vez que este sozinho não tem autonomia para gerir os recursos financeiros destinados à manutenção da escola, assim como os aspectos administrativos e pedagógicos que objetivam uma melhor qualidade do processo de aprendizagem dos alunos.

Este trabalho apresenta uma análise de como ocorre a participação colegiada e sua relevância para a democratização do ensino na escola pública. Para tanto, busca clarear sobre a participação do colegiado escolar na gestão da escola, expondo de forma clara pontos como a participação democrática, o processo de gestão, o colegiado escolar e sua participação neste processo. Durante a realização deste trabalho objetivou-se analisar como o colegiado participa e contribui para a democratização da gestão da escola pública, ajudando na promoção e melhoria do processo de ensino/aprendizagem desenvolvido em cada instituição pública de ensino.

O objetivo da escola, portanto é, desenvolver seu projeto de educação comprometida com o desenvolvimento da capacidade que permita intervir na realidade para transformá-la. Em busca de tal objetivo a escola se compromete a desenvolver uma educação de qualidade que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania, para o mercado de trabalho e em estudos posteriores, e também analisar como a participação do colegiado escolar no processo de gestão contribui para a efetivação da democratização da escola pública.

Deverá ainda garantir como acontece a participação do colegiado escolar no processo de democratização da educação básica e analisar a relação existente entre a participação democrática do colegiado escolar e a melhoria no processo de ensino/aprendizagem.

Promover oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, desenvolvendo uma pedagogia libertadora, contribuindo para uma sociedade inclusiva, tendo como

objetivo central, sempre em consonância com os valores éticos e o respeito ao multiculturalismo.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” busca propiciar mudanças planejadas e compartilhadas, a reconstrução com a prática educacional cidadã voltada para a compreensão da realidade social, e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Visando ao mesmo tempo romper de um lado com uma cultura de repressão, e de outro formalizar um compromisso com a aprendizagem do aluno, juntamente com sua família que é a base estrutural na formação de uma sociedade, e da comunidade escolar na qual a escola está inserida. O ideário pedagógico dessa escola será conduzir-se a uma busca pluridimensional das esferas formar e informar, pressupondo uma ruptura com a fragmentação do saber e o tradicionalismo arraigado na padronização das culturas.

Conclui-se que a democratização do ensino proporciona a participação do cidadão, assim como o acesso e a permanência de todos na escola, oportunizando também melhorias na aprendizagem, respeitando a especificidade da clientela atendida, considerando a comunidade na qual a mesma está inserida.

1. O COLEGIADO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROCESSO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

1.1. Participação democrática

A sociedade atual evolui e transforma-se tão rapidamente que a instituição escolar tem dificuldade em acompanhar e responder em tempo real aos desafios crescentes que lhe são colocados, fato que reforça a necessidade de interação participativa capaz de orientá-la de forma a assegurar a qualidade da mesma e o aproveitamento dos alunos. A complexidade de desenvolver uma prática educacional capaz de transformar a realidade incita a necessidade de se analisar como ocorre a participação democrática de todos os envolvidos no processo educacional na gestão da educação básica.

A participação democrática é a oportunidade de transformação do processo de educação, quando contribui para que a escola básica se torne eficiente para a diminuição das desigualdades sociais, visando o alcance do seu objetivo primordial, o pleno desenvolvimento do ser humano preparando-o para exercer a cidadania e para o mercado de trabalho, como garante a constituição federativa do país. O acesso ao sistema educacional tornou-se uma possibilidade ao alcance de todos desde as reformas realizadas no sistema de educação desde a década de 1930 no Brasil, expressada pelo Movimento dos Pioneiros da educação em 1932, o qual redefinia o papel do estado em questão de educação.

A implantação de reformas não foi suficiente para que se corrigisse a problemática da queda no aproveitamento da aprendizagem, sempre visando atingir altos índices de aproveitamento. A falta de infra-estrutura, o alto índice de reprovações, a evasão crescente e o grande número de alunos em distorção idade/série passaram a ser uma constante preocupação dos dirigentes mineiros conscientes da necessidade de se oferecer à clientela uma educação de qualidade que favorecesse a diminuição das desigualdades sociais.

A necessidade de mudanças no sistema expressava a preocupação com o processo de ensino desde a educação infantil até a etapa final da educação básica, o ensino médio; quando se percebia que mais da metade dos alunos que ingressavam na escola não conseguiam completar todas as etapas do processo de formação. A democratização da escola tornou-se uma necessidade. A busca pela participação de todas as pessoas envolvidas neste processo apontava para a

melhoria da aprendizagem contribuindo para um melhor rendimento dos alunos, garantindo um ensino de qualidade, assim como uma melhora na qualidade de vida de toda a população através da educação.

Um processo de gestão democrática consiste em elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto educativo que deve estar expresso no PPP e ser conhecido por toda a comunidade. A própria existência do PPP pressupõe a participação coletiva em sua elaboração, execução, acompanhamento e avaliação, mesmo que, na prática possam ocorrer falhas que inviabilize o pleno desenvolvimento deste processo.

Assim a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” do Município de Governador Valadares-MG, contou com a participação do diretor, equipe pedagógica, professores, alunos, pais e comunidade. Foi elaborado em conformidade com a legislação nacional, com fundamentos e procedimentos definidos pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, com as normas da SEE/MG, ajustando-se aos novos tempos e expectativas educacionais, se aliciando num artifício pedagógico de ensinar/aprender que propõe um incremento fecundo, transformador, socializador, político, científico e contínuo, reverenciando as diferenças, os apegos éticos universais e a religiosidade.

Teve como ponto importante a organização de grupos de trabalho de toda comunidade escolar, utilizando uma metodologia adequada e avaliando todo o trabalho realizado a que nos propomos. Dessa maneira, esse projeto apresenta-se estruturado e sistematizado de modo a orientar o trabalho, o ato educativo dos docentes nos componentes curriculares obrigatórios que integram o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como subsídio na formação do aluno enquanto cidadão crítico e participativo na sociedade.

A realidade da Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” do Município de Governador Valadares-MG, no qual foi feito uma análise do seu Projeto Político Pedagógico, aponta que o Conselho Escolar formado por representantes da escola e comunidade, requer uma gestão democrática e participativa, começando pela indicação do diretor, participação ativa do Colegiado Escolar, Conselho Fiscal etc, que em conjunto com o diretor participam do processo decisório da escola. A gestão de pessoas se faz com relacionamentos interpessoais, empatia, compreensão mútua, competências complementares, comprometimento e foco em

resultados.

A democracia na escola só será possível e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. E o Conselho Escolar poderá se tornar um elemento importante nesta construção, pois garante representatividade de toda a comunidade escolar.

Nesse contexto, a democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessita de ações, de práticas que possam corporificá-la. E isso costuma levar tempo para aprender. Mas, sem dúvida, só se aprende a fazer, fazendo, experimentando, errando e acertando. Então, é preciso criar espaços para a participação de todos na escola, para se aprender a exercitar a democracia. Lembrando que as formas de organização e de gestão da escola serão sempre elaborados visando alcançar os objetivos da instituição, colocando sempre em destaque a formação humana, buscando o fortalecimento das relações sociais.

Nesse sentido Ferreira assegura que:

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização. (FERREIRA, 2000, p. 167)

Assim, segundo BORDIGNON E GRACINDO, 2002, p. 151 - 152 nas práticas sociais estabelecidas no interior da escola,

“O poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos”. (BORDIGNON e GRACINDO, 2002, p. 151-152).

O objetivo geral dessas mudanças é propiciar condições que se tornem favoráveis ao alcance de metas e desempenhos com capacidade de reverter os índices de repetência, evasão e baixa escolaridade, com a participação democrática de todos

os atores que fazem parte do processo ensino-aprendizagem tendo como objetivo primordial o sucesso no aproveitamento dos alunos.

Modelos de Gestão Pública

Da análise da gestão patrimonialista consta-se e ainda considera esta organização pública como sendo um sistema fechado, onde processos internos são priorizados em detrimento do reconhecimento e consideração do ambiente externo. Dentre os focos da finalidade de uma organização pública, está a supremacia do interesse público, o qual está intimamente ligado ao princípio da impessoalidade, esta é a visão restrita que a organização faz de si, o que faz com que ela busque o sentido de sua existência em sim mesma.

A ideia de que o modelo tradicional de gestão pública é ineficiente e que o modelo de gestão do setor privado é o ideal favorecendo o surgimento de novas alternativas, fortalece-se cada vez mais de acordo com Arbrucio (1997, pag.8). Surge então o novo modelo de gestão: o gerencialismo (pós-burocrático), uma vez que o padrão burocrático de organização do estado começa a ser revisto e questionado.

Neste novo modelo pode-se verificar que a estrutura é caracterizada por ser flexível e horizontalizada com a formalização dos objetivos e dos resultados a serem alcançados, sendo que a estratégia é definida de maneira mais participativa e maleável em função das novas perspectivas que aparecem.

Esta nova forma de gestão surge como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal, eis que, ao contrário deste, preconiza a existência de um estado atuante, embora deva, também, estar orientado por critérios de eficiência empresarial (de mercado), Aragão (1997).

Para que a administração pública seja colocada a serviço da cidadania, tornam-se necessárias muitas reformas, como por exemplo, o aperfeiçoamento dos sistemas de controle, objetivando a não privatização das decisões públicas.

Contudo, torna-se imprescindível que reformas sejam feitas não apenas na política, mas também que sejam realizadas reformas administrativas, que a profissionalize, tornando possível a função pública e ao mesmo tempo democratizando o sistema político. Essas mudanças podem se tornar possíveis,

conseguindo um reequilíbrio dos poderes, ao se adotar como estratégia a democratização da administração pública, a qual exige uma cidadania provida de meios reais capazes de influenciá-la.

Portanto, será necessário ampliar a perspectiva que habitualmente se tem sobre os possíveis mecanismos de controle, assim como levar em conta que a democratização legítima só se tornará possível e viável se, nessa tentativa, ela não acabar sendo prejudicada em sua capacidade de produzir bens e serviços públicos de qualidade para todos.

Colegiado Escolar

A gestão democrática é sempre processual. Resultado de um processo coletivo que envolve o conhecimento da legislação, as formas de escolha de diretores escolares e a consolidação de formas de participação, tais como Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associações de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis.

A gestão democrática e participativa, começa pela indicação do diretor, participação ativa do Colegiado Escolar, Conselho Fiscal etc., que em conjunto com o diretor participam do processo decisório da escola.

Posicionando-se sobre a gestão escolar, Padilha (2005, p.75) diz que:

[...] o diretor da escola ou dirigente da unidade escolar e seu vice, responsáveis pela coordenação de todas as atividades escolares, devem ser capazes de “seduzir” os demais segmentos para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola. Isso significa, por exemplo, criar mecanismos e condições favoráveis para envolvê-los na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade, contando para esse fim com as diversas atividades de planejamento.

Através do Colegiado Escolar, a comunidade é trazida para dentro da escola, que passa a operar em bases realistas, ao mesmo tempo em que reflete mais imediatamente as demandas dos diferentes segmentos que formam essa comunidade. Um espaço de interação, de troca de experiências, onde os participantes podem não só colocar suas ideias e opiniões, como também influenciar na forma de funcionamento das atividades da escola.

A contribuição do colegiado escolar é de total relevância no direcionamento das questões pedagógicas, na resolução de problemas que surgem no cotidiano da vida escolar, acompanhando o desempenho dos alunos e dos profissionais, sendo parte significativa na construção da escola desejada.

A parceria que o Colegiado estabelece com a escola torna transparentes os limites da ação de ambos, criando laços de solidariedade na busca de soluções pragmáticas para os problemas concretos do cotidiano. O diretor continua sendo o articulador do processo de gestão democrática aqui desenvolvida. O processo participativo é algumas vezes lento, todavia, é essencial para que a comunidade tenha acesso ao processo de gestão da escola tornando o mesmo um processo democrático, afinal, a escola pertence a todos, e isso inclui as pessoas que compõem o colegiado escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola analisada busca propiciar mudanças planejadas e compartilhadas, objetivando a construção do seu projeto político pedagógico de forma compartilhada, visando uma prática educacional cidadã voltada para a compreensão da realidade social, e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental primando pela participação da comunidade escolar e circundante.

Ao elaborar o seu Projeto Político Pedagógico prima pela excelência dos valores e princípios ético-democráticos, visando um trabalho coletivo em prol da melhoria da sociedade como um todo, trabalhando pela participação de todos os grupos sociais. A elaboração do projeto político pedagógico deve contar com a participação do colegiado, de todos os funcionários da escola e da comunidade uma vez que a efetiva participação de todos, torna a gestão da escola um ato autônomo e democrático.

Participar democraticamente da gestão da escola pública possibilita ao cidadão se integrar e compartilhar dos processos de interação social, iniciando sua participação de forma coletiva, propondo ideias que viabilizem mudanças e melhorias, interagindo dialeticamente para a construção da identidade da escola, de forma política tornando-se membro efetivo e atuante do projeto educativo no qual está inserido, identificando-se com o mesmo.

A participação colegiada reflete diferentes pontos de vista, representando a diversidade e a pluralidade de vozes da comunidade na qual a escola está inserida. O colegiado representa a voz e a vez dos diferentes atores da escola, internos e externos, deliberando sobre a construção e gestão do projeto político pedagógico, tornando-se um instrumento legítimo que traduz os anseios da comunidade na qual a escola se insere. Para que tal legitimação aconteça faz-se necessário que o colegiado compreenda o significado da função social da escola, constituindo-se na pluralidade das vozes dos atores sociais a quem a escola pertence.

A gestão colegiada ao inserir-se na estrutura dos sistemas de ensino expressa a vontade da sociedade na formulação e aplicação de políticas públicas, que regulamentam as decisões tomadas pelos dirigentes, está descrito no Caderno 2 do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004).

A participação democrática na gestão da escola pública requer responsabilidade e participação ativa do cidadão em relação ao projeto educacional

desenvolvido na instituição, visando propiciar a identificação dos objetivos que se pretenda alcançar, com a melhoria do processo de aprendizagem, para que haja uma identificação entre o projeto político pedagógico existente e a prática pedagógica dos docentes.

Dessa forma a participação deixa de ser uma mera colaboração e passa a se tornar um exercício de poder, na prática da cidadania, estabelecendo uma cultura de respeito ao que é coletivo, adquirindo a consciência e o comprometimento de participar das decisões que afetam suas vidas.

Enfatizamos também, que apesar da importância dada ao projeto em si, muito se tem a fazer pela participação efetiva da comunidade escolar e, nesse sentido, pela construção teórica do pessoal envolvido, evitando a cristalização dos avanços obtidos e de possíveis distorções em relação ao foco que o projeto político pedagógico deve visar.

Conclui-se que, a constituição dos colegiados escolares reflete a institucionalidade da participação cidadã na gestão da coisa pública, fundamentando o exercício do poder de forma coletiva, exercendo assim, sua responsabilidade social. A análise da participação democrática dos colegiados escolares contribui para o aprimoramento do gestor escolar um estudo mais aprofundado que exprima mais enfaticamente a concepção, suas competências e sua representatividade no colegiado escolar, assim como seu funcionamento, coordenação e sua posição na estrutura de poder da escola do qual faz parte.

Referência Bibliográfica

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP. Brasília, ENAPE, número 10, 1997.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. Revista do Serviço Público. Ano 48, n. 3, set-dez 1997.

ARAÚJO, Alexandre Viana. *Política Educacional e Participação Popular*: um estudo sobre esta relação no município de Camaragibe-PE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003. (Dissertação de Mestrado). Consulta no google em 29/05/2013.

ALVES José Matias. Organização, gestão e projecto educativo das escolas. Porto: Edições Asa, 1992.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação:município e escola. IN: FERREIRA, N. S. e AGUIAR, M. A. (Orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO Pedro. Educação e qualidade. Campinas, Papirus,1994.

DOMINGOS, Ana Maria et al. A teoria da Bernstein em sociologia da educação. Lisboa, Fundação Calouste Gulhekan, 1985.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades. In Revista em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, fev. / jun. 2000.

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GADOTTI, Moacir. Atualidade de Paulo Freire: continuando e reinventando um legado. Seminário Internacional "Educação e Transformação Social: Questionemos nossas práticas. Cruzamento de Saberes e práticas em torno de Paulo Freire" (Recife, 2-4 maio de 2002, e Paris, 16-18 set. 2002).

GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação: Para além das teorias da reprodução. Petrópolis, Vozes, 1986.

MACHADO, Antônio Berto. "Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola". In: Educação em Revista nº 9. Belo Horizonte, jul. 1989, pp. 27-31.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto Pedagógico em favor da escola. Belo Horizonte: AMAE Educando. Ano XXXIII. nº291 – maio. 2000 ISSN 0102, p. 12-7.

NÓVOA, Antônio. "Para uma análise das instituições escolares". In: Antônio Nóvoa (org.) As organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

PADILHA, P.R. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. 5. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005. (Guia Escola Cidadão, v.7.).

PARO, Victor Henrique. "Situações e perspectivas da administração da educação brasileira: Uma contribuição". In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Brasília, Anpae, 1983.

GOVERNADOR VALADARES. Projeto Político Pedagógico. Governador Valadares: Escola Estadual "Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias"

RIOS, Terezinha. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". In: Série Idéias. São Paulo, FDE, 1982.

VASCONCELOS, Celso. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto educativo - elementos metodológicos para elaboração e realização. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.1. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma P.A. "Escola, currículo e ensino". In: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1991.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de . Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Anexo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ALEXSSANDER GONÇALVES DE LIMA
LAURIMI MENDONÇA DE SOUZA
REGINA MARA CARVALHO FERREIRA CANTIZANE**

BELO HORIZONTE – MG

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

ALEXSSANDER GONÇALVES DE LIMA
LAURIMI MENDONÇA DE SOUZA
REGINA MARA CARVALHO FERREIRA CANTIZANE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado
como requisito necessário para obtenção
de título do Curso de Especialização Em
Gestão Escolar da Faculdade/ UFMG-MG

Professora Orientadora: Professora Wilma
Aparecida Soares Luna

BELO HORIZONTE – MG

2013

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	04
2 - FINALIDADES DA ESCOLA	10
3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
4 - CURRÍCULO	27
5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	31
6 - PROCESSO DE DECISÃO	34
7 - RELAÇÕES DE TRABALHO	38
8 – AVALIAÇÃO.....	41
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

Introdução

A melhoria do processo ensino-aprendizagem é uma necessidade que se faz urgente diante da atual realidade educacional brasileira, considerando que precisamos melhorar o nosso desempenho, oferecendo uma educação de qualidade, cada vez mais aprimorada. Assim, percebemos que a busca pela identidade, cooperação, solidariedade, justiça e cidadania, devem nortear os princípios essenciais à concepção do educando enquanto ser ativo desse Planeta e agente da própria biografia e da história do mundo.

A Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, situa-se à Rua João Calvino, nº 322 – Bairro SIR, Governador Valadares/MG; Cep: 35024-370, Telefone: (33) 3272-2040. Tem como diretor o Sr. Alexssander Gonçalves de Lima, e como Vice Diretores os Srs. José Rogério Araújo Silva, Lorena Cardoso Sampaio e Maurina Coutinho de Oliveira Rodrigues. Atende a alunos do ensino fundamental e do ensino médio, sendo destes 303 do ensino fundamental de nível I (1º ao 5º ano), 459 do ensino fundamental de nível II (6º ao 9º ano), 202 do ensino médio e 45 do ensino EJA, somando um total de 1009 alunos. Para atender a esta demanda funciona durante os turnos, manhã, tarde e noite, possuindo para tanto, 20 salas de aulas, medindo 44 m^2 , contendo cada uma 44 carteiras, estas estão em condições de uso, uma reforma foi solicitada para que fiquem em boas condições para um atendimento aos alunos. As mesmas possuem ainda dois ventiladores. A escola realiza reformas periódicas em sua infra-estrutura, no que diz respeito à conservação a escola apresenta pichações, mas irá passar por uma reforma geral para atender às demandas enviadas à SEE/MG no ano de 2008.

A Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” apresenta ótima luminosidade dentro do pátio escolar, porém a luminosidade no interior das salas de aulas é ruim, prejudicando o desenvolvimento do trabalho pedagógico e consequentemente traz prejuízos ao rendimento dos alunos. Em relação à ventilação, a escola apresenta o mesmo prospecto apresentado em relação à luminosidade. No que diz respeito às condições térmicas da escola e no interior das salas de aulas pode ser considerado bom, todavia o ruído apresentado dentro da escola é relativamente alto dentro do pátio da escola e no interior das salas de aula, o mesmo se apresenta em nível médio, a origem do ruído está associada a

atividades esportivas desenvolvidas no interior da escola. A escola possui cantina com espaço adequado para atender alunos, professores, gestores e demais funcionários da escola. A escola em breve passará por uma reorganização, uma vez que a reforma geral da escola está em processo de licitação. A escola possui banheiros para funcionários, os quais são separados por sexo, um masculino e outro feminino, todavia há intenção de aumentar o número de sanitários. Há ainda na escola um banheiro para atender alunos e outro para alunas. Também há um banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais. Todos esses espaços passarão por ajustes e reparos durante a reforma da escola. Na escola há um laboratório de informática, porém o mesmo não possui condições adequadas para o efetivo funcionamento, situação está que será corrigida durante o processo de reforma da escola. O mesmo acontece com o laboratório de ciências da escola que também receberá as adaptações necessárias para o seu uso adequado, o que favorecerá o desenvolvimento do trabalho pedagógico de professores, trazendo benefícios ao desempenho dos alunos. Possui ainda uma sala de professores, com um computador para atendê-los na elaboração de atividades, com acesso à internet, a ventilação e a sensação térmica na sala são boas. O espaço escolar dispõe de uma biblioteca, com espaço físico adequado, assim como sua ventilação e sensação térmica, tendo três funcionários responsáveis por seu funcionamento, um acervo bibliográfico para atender a alunos e professores, não sendo catalogado, estando todo o acervo disponível para empréstimo a ambos. O espaço esportivo da escola é composto por uma quadra poliesportiva, não estando em boas condições de funcionamento, além de necessitar de reparos para o funcionamento adequado, a mesma não dispõe de cobertura. Não possui salas de multimeios, contudo o processo de reforma geral da escola contempla as adaptações necessárias à locomoção de pessoas com necessidades físicas especiais.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” busca propiciar mudanças planejadas e compartilhadas, a construção com a prática educacional cidadã voltada para a compreensão da realidade social, e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Visando ao mesmo tempo romper de um lado com uma cultura de reprovação, e de outro formalizar um compromisso com a aprendizagem do aluno, juntamente com sua família que é a base estrutural na formação de uma sociedade, e da

comunidade escolar na qual a escola está inserida. O ideário pedagógico dessa escola será conduzir-se a uma busca pluridimensional das esferas formar e informar, pressupondo uma ruptura com a fragmentação do saber e o tradicionalismo arraigado na padronização das culturas.

Este Projeto Político Pedagógico prima pela excelência dos valores e princípios ético-democráticos, visando um trabalho coletivo em prol da melhoria da sociedade como um todo, oferecendo uma educação libertadora que respeite os interesses e individualidades de cada aluno. Pesquisa e atualização serão eixos centrais de nossa filosofia educativa, a fim de garantir o incentivo à formação continuada e, por conseguinte, o aperfeiçoamento do profissional da educação, valorizando nesta perspectiva o trabalho pedagógico impulsionado por uma gestão compartilhada e dinâmica. Sendo assim, nessa perspectiva é que serão trabalhadas as disciplinas da base nacional comum: língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências, artes, educação física; da parte diversificada que inclui temas transversais onde serão incorporadas as questões da “Ética”, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da saúde e da orientação sexual, bem como os objetivos dos temas transversais que devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola em sua organização didática, fazendo ainda parte da área diversificada a geometria.

O objetivo da escola, portanto é, desenvolver seu projeto de educação comprometida com o desenvolvimento da capacidade que permita intervir na realidade para transformá-la. Em busca de tal objetivo a escola se compromete a desenvolver uma educação de qualidade que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania, para o mercado de trabalho e em estudos posteriores. Deverá ainda garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, desenvolvendo uma pedagogia libertadora, contribuindo para uma sociedade inclusiva, tendo como objetivo central, sempre em consonância com os valores éticos e o respeito ao multiculturalismo. Em consonância com a Constituição Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Lei nº 9.394/96, a E.E. “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, fará exercer o direito à educação, assim como o dever de educar:

Art. 1º - A educação, dever da Família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 2º - O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Gratuidade de ensino público neste estabelecimento;
- VI – Valorização do profissional da educação escolar;
- VII – Gestão democrática do ensino público na forma da lei e da legislação do Sistema Estadual de Ensino;
- VIII – Garantia de padrão de qualidade;
- IX – Valorização da experiência extra-escolar;
- X – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Deverá garantir ainda de acordo com a lei nº 8.069/96 de proteção integral à criança e ao adolescente, o gozo dos direitos que lhes é fundamental para a formação como pessoa humana:

art. 1º: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Assim, propõe o projeto pedagógico desta escola por constituir-se uma instituição de educação compromissada com o bem comum e com a formação ética e política de nossos alunos como cidadãos críticos e autônomos perante a sociedade.

Para elaboração desse Projeto Político Pedagógico, mecanismo de gestão democrática, passamos por um período de reflexão coletiva dos princípios básicos que fundamentam e norteiam as suas definições. Nela, proclama-se que todas as atividades escolares, especialmente as curriculares devem ser coerentes com os princípios estéticos, políticos e éticos abrangendo: das finalidades da escola, da

estrutura organizacional, das relações de trabalho, das relações aluno/professor, dos conteúdos curriculares, dos procedimentos didáticos, da linha metodológica, da ação pedagógica, das estratégias de trabalho, da avaliação e da recuperação, das atividades culturais, do desporto e lazer, das atividades de convívio social.

Nosso PPP é um marco na história de nossa escola especialmente porque evidencia “quem somos, o que fazemos, porque fazemos, como fazemos, e onde pretendemos e queremos chegar”. Nossos professores, alunos, pais e comunidade serão parceiros no processo de aprender a ser, de aprender a conviver, de aprender a fazer e aprender a aprender formalizando assim pragmaticamente os quatro pilares da educação. Tendo o ensinar e o aprender como proposta única, onde nossos alunos possam ter uma formação adequada, respondendo assim com os maiores desafios da educação de hoje, a evasão e a reprovação, visando à preparação adequada para o ingresso no mercado de trabalho.

Este Projeto Político Pedagógico foi elaborado em conformidade com a legislação nacional, com fundamentos e procedimentos definidos pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, com as normas da SEE/MG, ajustando-se aos novos tempos e expectativas educacionais, se aliciando num artifício pedagógico de ensinar/aprender que propõe um incremento fecundo, transformador, socializador, político, científico e contínuo, reverenciando as diferenças, os apegos éticos universais e a religiosidade.

Ao construirmos o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” do Município de Governador Valadares-MG, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível, é antever um futuro diferente do presente, o que nas palavras de Gadotti (1994, p. 579) se confirma como:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

Diante do exposto, o presente projeto a ser vivenciado, deverá ser cumprido no decorrer do ano letivo de 2013. Ambicionamos alcançar os objetivos propostos,

trabalhando todos os conteúdos relativos a cada ano escolar, utilizando uma metodologia adequada e avaliando todo o trabalho realizado a que nos propomos. Dessa maneira, esse projeto apresenta-se estruturado e sistematizado de modo a orientar o trabalho, o ato educativo dos docentes nos componentes curriculares obrigatórios que integram o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como subsídio na formação do aluno enquanto cidadão crítico e participativo na sociedade.

1 - Finalidades da escola

Sendo o nosso foco de ensino/aprendizagem a pessoa, o “sujeito coletivo” - é na relação com o outro que nos tornamos pessoa, uma vez que é na coletividade que o homem está inserido, se forma nela e por ela - propomos uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento humano: desenvolvimento que depende da sua capacidade de reflexão, das habilidades do saber e do pensar. Isso implica numa prática pedagógica na qual o educando precisa ser visto como um ser que aprende e que constroi o seu conhecimento, utilizando não apenas o seu lado racional, mas, também o seu potencial criativo, o seu talento, a sua intuição e o seu sentimento. Dessa forma, o conhecimento não poderá ser considerado como algo que se transmite, mas que se conquista. O eixo se desloca do ensinar para o aprender e o foco da aprendizagem deverá ser sempre o aprendiz. A prática de sala de aula, coerente com os princípios considerados, deverá assim se traduzir numa metodologia ativa e participativa na qual, procedimentos, momentos e materiais possibilitem ao educando o desenvolvimento de sua autonomia intelectual (saber pensar, discernir, escolher, buscar novas formas de ação) e da sua autonomia moral (percepção e vivência de valores éticos e morais).

Assim, a finalidade essencial dessa escola é formar cidadãos conscientes e críticos com capacidade de argumentação sólida e coerente, devendo, portanto, o professor ter muito claro o seu papel de educador para poder situar suas intervenções no processo de formação do educando. Além de conquistar a autonomia, o aluno vai alcançar também uma concepção de justiça em que os atos serão julgados no contexto das circunstâncias em que são praticados. O respeito às regras, que na infância se dá por imposição dos adultos, passa a existir pela cooperação e entendimento. Com tudo isso, observa-se que a formação de uma pessoa integrada, humanista, autônoma e disciplinada é um longo caminho, sedimentado com coerência, consistência e a intervenção sistemática dos adultos. A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Para tanto a Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” tem com missão desenvolver uma educação de qualidade que assegure aos educandos formação indispensável para o exercício da cidadania, para o mercado de trabalho e em estudos posteriores, assim como, garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos mesmos, desenvolvendo uma pedagogia libertadora, contribuindo para a

formação de uma sociedade inclusiva, em consonância com os valores éticos e o respeito ao multiculturalismo; e com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Lei nº 9.394/96, exercendo o direito à educação, assim como o dever de educar.

2- Estrutura Organizacional

Na Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, do Município de Governador Valadares/MG, sob a direção do Gestor Alexssander Gonçalves de Lima, analisou-se de forma crítica sua prática pedagógica e a sua gestão, como em seus diversos ambientes educacionais e a estrutura organizacional.

A escola é situada na zona urbana e possui as seguintes modalidades de ensino: Educação Fundamental do 1º ao 9º ano de escolaridade, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA. Funciona em três turnos: manhã, tarde e noite, atendendo 1009 (mil e nove) alunos devidamente matriculados, constituída por 20 (vinte) salas de aula, laboratório de informática/ciências conectados à internet, cantina, instalações sanitárias (masculino/feminina) e para portadores de necessidades especiais, sala de diretoria/secretaria, sala de professores equipada (armários, internet, computador, boa ventilação e espaço suficiente), quadra esportiva não coberta e em condição regular para utilização. Salas de aula necessitando de: mobiliário escolar reformado, mesa do professor e cortinas para melhor aprendizagem no processo educacional.

Níveis e Modalidades de Ensino:

- (x) Ensino Fundamental – Anos iniciais – 1º ao 5º anos
- (x) Ensino Fundamental- Anos Finais – 6º ao 9º anos.
- (x) Ensino Médio
- (x) EJA
- () Ensino Médio Profissionalizante
- () Educação em Tempo Integral
- () Outros _____

Quadro Geral de Pessoal:

Diretor: 01

Vice-Diretores: 03

Secretária:01

Auxiliar de Secretaria: 07

Nº de Turmas: 20

Nº de Alunos: 1009

Nº de Professores: 56

Nº de Pedagogos: 03

Serviços Gerais: 12

Turnos de Funcionamento:

☒ Manhã

☒ Tarde

☒ Noite

Ambientes Pedagógicos:

☒ salas de aula

☒ Salas de Recursos

☐ Sala Multimídia

☒ Laboratório de Informática

☒ Laboratório de Ciências

☒ Biblioteca

☐ Auditório

☐ outros

Ambientes Administrativos:

☒ Diretoria

☒ Secretaria

☒ Sala de especialista

☒ Cantina

☐ outros

Organização do Tempo Escolar:

Os Planos curriculares serão elaborados com base na legislação vigente, de acordo com cada nível e modalidade de ensino, por ano letivo, enfocando as áreas de conhecimentos/ componentes curriculares (disciplinas).

- 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Organização em Ciclos
- Ensino Médio – Anos de Escolaridade
- Educação de Jovens e Adultos – Organização em Períodos

Organização Curricular:

- Áreas de conhecimentos / Componentes Curriculares (disciplinas)

Avaliação / Formas de Registro:

(x) Parecer descritivo () conceito ou menções (x) notas

Periodicidade da Avaliação:

- Bimestral

Intervenções Pedagógicas:

(x) Estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino - aprendizagem

(x) Sala de Recursos

(x) PROETI

() Sala de Apoio

() Intérprete

(x) Atendimento Individualizado

() Professor de Apoio Permanente

() Monitoria

() Outros: _____

Estratégias para articulação escola/família/comunidade:**Reuniões de acompanhamento:**

Período: (x) mensal

(x) bimestral

Estratégias

() grupo de Estudos para pais (x) festividades

(x) Atendimento individualizado (x) Palestras

() Outros: _____

Instâncias Colegiadas:

() Grêmio Estudantil

(x) Colegiado Escolar

(x) Conselho de Classe

() Outros _____

Fundamentação Pedagógica

A escola atua através das aulas normais com metodologias dinâmicas que enfatizam os valores familiares/sociais. Uma educação voltada para o respeito, amor e patriotismo. Objetivamos que nossos alunos tenham uma educação voltada para a

autonomia moral, autonomia intelectual e a formação de uma visão social cívica. Para isso, é necessário desenvolver o processo de pensamento do indivíduo o que fazemos através de dramatizações, conscientizações, debates, vídeo, conversas, experiências pessoais, trabalhando principalmente valores como verdade, amizade, respeito, justiça e solidariedade. O aluno como sujeito de sua própria formação. Esse aluno interage com os outros alunos, com os professores e com o conhecimento na busca de autonomia intelectual.

Nesse contexto, o conhecimento é visto como meio de desenvolvimento para as potencialidades do indivíduo e o professor como intermediário entre o aluno e o conhecimento. Garantir a formação de um aluno que reflete, participa e assume responsabilidades é uma conquista de autonomia moral e condição para o exercício da cidadania, bem como para a compreensão de uma cultura mais ampla. Essa ênfase na autonomia condiciona a opção por uma metodologia que considera atividade do aluno no processo de construção de conhecimento e valoriza a vivência de experiências diversificadas.

Para o alcance dos objetivos anteriormente citados, é necessário que algumas diretrizes orientem a organização:

- ✧ O trabalho pedagógico se desenvolve no espaço de toda a escola e também fora dela (nos estudos do meio).
- ✧ Necessidade de normas compartilhadas por todos.

A escola trabalha em uma linha progressista visando uma “Pedagogia de Qualidade” com identidade e diversidade. Adota-se um método globalizado ou eclético utilizando várias linhas pedagógicas. O desenvolvimento das atividades se faz com a exposição e intermediação do professor, **trabalhos individuais** (pesquisas, leituras, tarefas, desafios, exercícios, sínteses, seminários) e **trabalhos coletivos** (debates, apresentações) visando o desenvolvimento das habilidades do pensamento (analisar, sintetizar, comparar, relacionar, justificar, etc...), com o professor sempre criando situações de aprendizagem desafiadoras e motivadoras. Portanto, o educando é agente do processo ensino – aprendizagem, pesquisando, desenvolvendo e utilizando diferentes fontes de informações, propondo soluções para os problemas, percebendo e discutindo opiniões diversas, relacionando o aprendizado na escola com suas experiências fora dela, formando esquemas de significações mais flexíveis, complexos e criativos. Neste sentido, as aulas e as

atividades propostas para os alunos exigem do professor a seleção e o domínio no uso de estratégias diversificadas e da tecnologia (multimídia, lousa digital etc.) atendendo ao mesmo tempo as **diferenças individuais** e ao desenvolvimento das habilidades e atitudes exigidas pelos diferentes procedimentos didáticos.

Organização Didático-Pedagógica

Com o intuito de desenvolver sua proposta pedagógica, essa escola oferecerá atividades complementares, tais como:

- **Estudos do Meio:** planejados e organizados de acordo com a programação de cada disciplina
- **Olimpíada de Matemática:** atividade planejada pelos professores de Matemática com a participação de alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental visando estimular o gosto e o interesse pelo cálculo, raciocínio e estudo da disciplina.
- **Mostras Culturais:** eventos periódicos integrando as várias disciplinas da escola.
- **Aulas de apoio:** oferecidos pela escola, fora do período escolar, sem ônus para o aluno, nas diversas disciplinas (do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio) visando sanar as dificuldades na sua origem.
- **Práticas esportivas:** atividades planejadas pelos professores de Educação Física com a participação dos alunos em campeonatos.
- **Orientação Educacional:** proporciona orientação e acompanhamento aos alunos oferecendo subsídios que lhes oportunizem melhoria no rendimento escolar viabilizando a integração Família/Escola (Ensino Fundamental)
- **Biblioteca:** sempre valorizando a pesquisa e o estudo, temos à disposição dos alunos a Biblioteca que conta com um acervo de aproximadamente 2000 livros. Periódicos, mensais e semanais, Revista e enciclopédias sempre atualizadas.

Organização do Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

Estrutura do Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - **Ciclo da Alfabetização**, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - **Ciclo Complementar**, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - **Ciclo Intermediário**, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - **Ciclo da Consolidação**, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os **Ciclos da Alfabetização e Complementar** devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Os **Ciclos Intermediário e da Consolidação** devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

Componentes Curriculares do Ensino Fundamental:

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens

- a) Língua Portuguesa
- b) Língua Materna, para populações indígenas
- c) Língua Estrangeira moderna
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical
- e) Educação Física

II – Matemática**III - Ciências da Natureza****IV - Ciências Humanas**

- a) História
- b) Geografia

V - Ensino Religioso.**Da Organização em Ciclos do Ensino Fundamental:****Dos Ciclos da Alfabetização e Complementar**

Considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são bases de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 1º Ano

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita

d) ler e escrever palavras e sentenças

II - 2º Ano

- a) ler e compreender pequenos textos
- b) produzir pequenos textos escritos
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais

III - 3º Ano

- a) ler e compreender textos mais extensos
- b) localizar informações no texto
- c) ler oralmente com fluência e expressividade
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica

Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área de **linguagens**, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da **Matemática**, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses

II - 5º Ano:

a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical

b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros

Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do Ciclo Complementar, na área da **Matemática**, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na **organização curricular** dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares **Ciências, História e Geografia** devem ser abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos;

II - A questão ambiental contemporânea deve ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem;

III - O Componente Curricular **Arte** deve oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artístico culturais;

VI - O **Ensino Religioso** deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos.

Dos Ciclos Intermediário e da Consolidação:

A passagem dos alunos dos ciclos dos anos iniciais para os ciclos dos anos finais do Ensino Fundamental receberá atenção especial da Escola, a fim de se garantir a articulação sequencial necessária, especialmente entre o Ciclo Complementar e o Ciclo Intermediário, em face das demandas diversificadas exigidas dos alunos, pelos diferentes professores, em contraponto à unidocência dos anos iniciais.

Os **Ciclos Intermediário e da Consolidação** do Ensino Fundamental, com o objetivo de consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nos Ciclos da Alfabetização e Complementar, terão suas atividades pedagógicas organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, de modo a assegurar que, ao final desta etapa, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I – Linguagens

a) Língua Portuguesa

- ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;
- identificar e utilizar os diversos gêneros e tipos textuais que circulam na sociedade para a resolução de problemas cotidianos que requerem o uso da língua;
- produzir textos orais e escritos, com coerência, coesão e correção ortográfica e gramatical, utilizando os recursos sociolinguísticos adequados ao tema proposto, ao gênero, ao destinatário e ao contexto de produção;
- analisar e reelaborar seu próprio texto segundo critérios adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação previstos;

- desenvolver atitudes e procedimentos de leitor e escritor para a construção autônoma de conhecimentos necessários a uma sociedade baseada em informação e em constante mudança.

b) Língua Estrangeira moderna

- compreender textos de diferentes gêneros em Língua Estrangeira moderna, bem como suas condições de produção e de recepção;
- produzir textos escritos em Língua Estrangeira moderna, coesos e coerentes e com correção lexical e gramatical, considerando as condições de produção e circulação;
- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira moderna como instrumento de interação sociocomunicativa.

c) Arte

- saber se expressar artisticamente, articulando a percepção, imaginação, emoção, sensibilidade e reflexão em suas produções artísticas visuais, corporais, cênicas e musicais, compreendendo a arte em todas as suas linguagens e manifestações;
- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música), estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- refletir acerca da manifestação artística, sobre si próprio e sobre a experiência estética.

d) Educação Física

- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- conhecer as modalidades esportivas, sua história, suas regras, movimentos técnicos e táticos, bem como as diferenças na forma de apresentação dos esportes;
- conhecer e identificar os elementos constitutivos da dança, utilizando as múltiplas linguagens corporais, possibilitando a superação dos preconceitos, bem como conhecer e identificar diversos jogos e brincadeiras da nossa e de outras culturas;
- compreender os riscos e benefícios das atividades e práticas esportivas na promoção da saúde e qualidade da vida.

II – Matemática

- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;
- Identificar e resolver situações-problema que envolvam proporcionalidade direta e inversa; porcentagem e juros; equações de primeiro e segundo graus; sistemas de equações de primeiro grau; conversão de medidas; cálculo de perímetro, de área, de volume e capacidade; probabilidade; utilização de linguagem algébrica;
- reconhecer as principais relações geométricas entre as figuras planas;
- interpretar e utilizar informações apresentadas em tabelas e gráficos.

III - Ciências da Natureza

- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- identificar os conhecimentos físicos, químicos e biológicos presentes no cotidiano;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis;
- compreender o efeito das drogas e suas consequências no convívio social.

IV - Ciências Humanas

a) História

- compreender as relações da natureza com o processo sociocultural, político e econômico, no passado e no presente;
- reconhecer e compreender as diferentes relações de trabalho na realidade atual e em outros momentos históricos;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- realizar, autonomamente, trabalhos individuais e coletivos usando fontes históricas.

b) Geografia

- compreender as relações de apropriação do território, associadas ao exercício da cidadania, à importância da natureza para o homem, bem como às questões socioambientais;

- compreender as formações socioespaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre o campo e a cidade;
- compreender o processo de globalização, os problemas socioambientais e novos modos de vida, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano, social e econômico sustentável.

V- Ensino Religioso

- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões;
- refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais para as relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

Nos ciclos finais do Ensino Fundamental, os alunos deverão, ainda, ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada Componente Curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

Da organização do Ensino Médio

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos e tem por finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- III - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;
- IV - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

As Escolas de Ensino Médio devem prover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos.

O 1º ano do Ensino Médio deve assegurar a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos Componentes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental e a inclusão de novos Componentes Curriculares.

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Médio que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I – Linguagens

- a) Língua Portuguesa
- b) Língua Materna, para populações indígenas
- c) Língua Estrangeira moderna
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical
- e) Educação Física

II – Matemática

III - Ciências da Natureza

- a) Biologia
- b) Física
- c) Química

IV - Ciências Humanas

- a) História
- b) Geografia
- c) Filosofia
- d) Sociologia

A organização curricular do ensino médio, que abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

Educação de Jovens e Adultos:

A Educação de Jovens e Adultos/EJA - destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Obs: A estrutura da Educação de Jovens e Adultos será um anexo deste Projeto Político Pedagógico.

3 - Currículo

O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando. Ao se colocar em prática o currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

Os Planos Curriculares do Ensino Fundamental e Ensino Médio devem conter uma **Base Nacional Comum**, definida nas diretrizes curriculares, e uma **Parte Complementar Diversificada**, definida a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Deve ser incluído na Parte Diversificada, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.

A **Língua Espanhola**, de matrícula facultativa ao aluno, é Componente Curricular que deve ser, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Médio, conforme orientações específicas.

A **Educação Física**, é componente Curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno nas situações previstas no § 3º do artigo 26 da Lei nº 9394/96 (alterado pela Lei 10.793/03):

- que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- maior de trinta anos de idade;
- que estiver prestando serviço militar ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- amparado pelo Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969;
- que tenha prole.

No caso do aluno ser dispensado de cursá-la, no Histórico Escolar deverá apor um asterisco na carga horária da disciplina de Educação Física e repeti-lo no campo das observações: “prática facultativa ao aluno amparado pela Lei Federal nº 10.793/03, de 01/12/03 que alterou o § 3º, Art. 26 da Lei Federal nº 9394/96, de 20/12/96”.

O **Ensino Religioso**, de matrícula facultativa ao aluno, é Componente Curricular que deve ser, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Fundamental.

A **Música** constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do Componente Curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

A temática **História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** deve, obrigatoriamente, ser desenvolvida no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil.

Além da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, devem ser incluídos, permeando todo o currículo, **Temas Transversais** relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dependência química, higiene bucal e educação alimentar e nutricional, tratados transversal e integradamente, determinados ou não por leis específicas.

Na execução do currículo, os Temas Transversais serão desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando, assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Na organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio será observado o conjunto de Conteúdos Básicos Comuns (CBC) a serem ensinados, obrigatoriamente.

O currículo compreende todas as atividades que são desenvolvidas pela Escola Estadual Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias, visando o alcance dos objetivos estabelecidos, no seu projeto educativo.

Assim, o currículo é formado por dois conjuntos de ações, que se articulam entre si e se complementam:

- a) A grade curricular, que compreende as diferentes áreas do conhecimento e os conteúdos desenvolvidos desde o primeiro ano do Ensino Fundamental, até a conclusão do Ensino Médio.
- b) O conjunto de atividades e práticas que decorrem da grade curricular e que a enriquecem e complementam, desenvolvendo e aprimorando conceitos e habilidades junto aos alunos.

O currículo está constituído no calendário de 200 (duzentos) dias letivos em 800 (oitocentas) horas quando são desenvolvidas todas as atividades curriculares. A escola adota em todos os seus níveis de ensino, orientações gerais propostas pelo material do governo do estado de Minas Gerais para a educação básica como o uso do CBC (Ciclo Básico Comum), dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para organização das atividades curriculares adaptadas à clientela atendida.

A organização de programação decorrente da proposta curricular desta escola obedece ao regime ano de escolaridade, atendendo 1009 (mil e nove) alunos num total, devidamente matriculados. A Base Nacional Comum e Parte Diversificada, obedecendo à LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96), em seu art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Para tanto serão trabalhadas de forma integrada aos aspectos da vida cidadã, tais como: a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente e o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura e as linguagens.

Novas estratégias serão definidas pelos professores e comunidade escolar para trabalhar os conteúdos, principalmente a interdisciplinaridade, tais como:

- O trabalho em grupo, sempre reunindo alunos com dificuldades de aprendizagem, com alunos mais desenvolvidos, num trabalho sempre monitorado pelos professores;
- Trabalho de pesquisa, onde o aluno busca aprimorar o conhecimento e se desinibir, apresentando esses trabalhos para os colegas;

- Composição de paródias versando sobre determinado assunto, o que tem despertado grande interesse e diversão: “O aluno aprende se divertindo”.
- Leitura de no mínimo 04 livros por trimestre, com produção de texto em caderno separado, para o professor de Língua Portuguesa corrigir e orientar;
- Leitura de reportagens atuais de jornais e revistas;
- Participação de palestras e relatório das mesmas;
- Aulas práticas laboratoriais de Biologia/Química/Física, ainda em fase de adaptação.
- Metas de aprendizagem detalhados por ano escolaridade.
- Desenvolvimento (estratégia e/ou metodologia); de que forma serão trabalhados os conteúdos (ex: aula expositiva, trabalho em equipe, pesquisa, etc).

4 - Tempo Escolar

A LDB 9.394/96, em seu art. 23 define a organização do tempo nas instituições escolares: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.” Na Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” a educação organiza-se em anos (1º ao 9º) e ensino médio, de acordo com a legislação em vigor, priorizando o atendimento, assim como o acesso e permanência dos educandos à escola.

A Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, cumprindo uma determinação do governo federal, a ampliação do ensino fundamental para 09 anos, seguindo a orientação da SEE, uma vez que Minas Gerais foi o primeiro estado da federação a aderir à determinação do governo federal, implantou em 2006 o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, de acordo com as Leis estaduais nº 11.274/2006 e 11.114/2005, que orientavam e sua adequação e adaptação os sistemas de ensino mineiros, buscando o objetivo de alfabetizá-las tornando-as leitoras aos 08 anos de idade, para tanto o iniciava o atendimento para as crianças a partir de 6 (seis) anos de idade. Tem sua estrutura aberta para atividades curriculares no período das 07h às 22h quando conta com sua equipe pedagógica para atender aos alunos.

No período matutino, oferece turmas de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio. No período vespertino, oferece turmas do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e no período noturno oferece o Ensino Médio na modalidade EJA. Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Horário das aulas:

Turno matutino:

7º ao 8º ano e Ensino Médio: 07h00min às 11h25min

Turno vespertino:

1º a 6º ano: 13h00min às 17h25min

Turno Noturno:

2º Período – EJA (Ensino Médio): 18h00min às 22h00min

Frequência

Será obrigatória a frequência a todas as atividades escolares e o comparecimento do aluno será computado para fins de promoção. A apuração da frequência deverá ser computada por dia letivo e por disciplina. Ao final de cada bimestre, o professor fornecerá à secretaria o número de aulas dadas e a frequência dos alunos de cada turma. De posse dos resultados fornecidos pelo professor, o auxiliar de secretaria, registrará na ficha individual de cada aluno, o aproveitamento, as presenças e as fichas obtidas no bimestre e, ao final do quarto bimestre, lançará o resultado final. Ao final de cada ano letivo ou período, os resultados obtidos pelo aluno serão consignados no histórico escolar. No caso de infrequência injustificada, esta escola deverá procurar conhecer os motivos da ausência do aluno. Permanecendo a infrequência, a escola deverá advertir aos pais sobre a obrigatoriedade do menor frequentar regularmente a escola. Caso a escola não obtenha êxito e o aluno continuar faltoso, a mesma deverá informar imediatamente ao Conselho Tutelar ou na inexistência deste, ao Ministério Público. Nos meses de dezembro e julho, a diretoria da escola fornecerá ao conselho tutelar ou ao Ministério Público os dados pessoais e familiares do aluno que, tendo sido matriculado e frequentando a respectiva escola, dela tenha evadido antes de completar o Ensino Fundamental. Quanto da remessa a um dos dois órgãos públicos, dos dados referidos neste parágrafo, esta escola informará também as providências por ela já tomadas, para cada caso, impedindo a evasão ou promovendo o retorno do aluno evadido. Será exigida a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para promoção na série em curso. No caso do aluno ultrapassar o limite estabelecido, este poderá ser reclassificado de acordo com as normas já descritas neste Regimento.

- 1 - Frequência mínima de 75% conforme legislação em vigor, da carga horária mínima exigida e que apresentar desempenho satisfatório.
- 2 - O controle da frequência diária será da competência e compromisso do/a professor/a das séries ou respectivas disciplinas e deverá ser registrado em diário próprio fornecido pela secretaria da escola assim como o registro de todas as atividades e produções desenvolvidas em sala de aula;
- 3 - Registro das avaliações realizadas e instrumentos avaliativos empregados em diário de classe pelo/a professor/a;
- 4 - O conselho de classe será preferencialmente participativo, isto é, com a presença da direção, professores/a, supervisão/a, orientação escolar, alunos/as e pais se assim for entendido como melhor forma de avaliar o processo pedagógico pela classe docente.
- 5 - Planejamentos constantes realizados em reuniões previamente agendadas, previstas no calendário escolar, como as reuniões de módulo II ou grupal, em horários definidos pela direção da escola em contra turnos com grupos de professores/as por disciplina ou área de atuação a fim, para a organização e elaboração de atividades a serem desenvolvidas.
- 6 - Coordenador por disciplina ou área que articule e supervisione o trabalho em conjunto com a supervisão e direção pedagógica.

5 - Processo de Decisão

A gestão democrática é sempre processual. Resultado de um processo coletivo que envolve: o conhecimento da legislação, as formas de escolha de diretores escolares e a consolidação de formas de participação, tais como Conselho Escolar, Associações de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis.

Na Escola Estadual “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, a gestão é democrática e participativa, começando pela indicação do diretor, participação ativa do Colegiado Escolar, Conselho Fiscal etc, que em conjunto com o diretor participam do processo decisório da escola. A gestão de pessoas se faz com relacionamentos interpessoais, empatia, compreensão mútua, competências complementares, comprometimento e foco em resultados. Existem técnicas específicas para cada um desses objetivos.

Posicionando-se sobre a gestão escolar, Padilha (2005, p.75) diz que:

[...] o diretor da escola ou dirigente da unidade escolar e seu vice, responsáveis pela coordenação de todas as atividades escolares, devem ser capazes de “seduzir” os demais segmentos para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola. Isso significa, por exemplo, criar mecanismos e condições favoráveis para envolvê-los na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade, contando para esse fim com as diversas atividades de planejamento.

Através do Colegiado Escolar, a comunidade é trazida para dentro da escola, que passa a operar em bases realistas, ao mesmo tempo em que reflete mais imediatamente as demandas dos diferentes segmentos que formam essa comunidade. Um espaço de interação, de troca de experiências, onde os participantes podem não só colocar suas ideias e opiniões, como também influenciar na forma de funcionamento das atividades da escola.

A parceria que o Colegiado estabelece com a escola torna transparentes os limites da ação de ambos, criando laços de solidariedade na busca de soluções pragmáticas para os problemas concretos do cotidiano. O diretor continua sendo o articulador do processo de gestão democrática aqui desenvolvida. O processo participativo é algumas vezes lento, todavia, estaremos mobilizando a comunidade através das reuniões do Conselho de Classe, Módulo II, vivência do PDE, atividades interdisciplinares, Assembléias Escolares, buscando alcançar metas para chegarmos passo a passo ao alcance dos objetivos pretendidos. Cabe ao serviço de

supervisão, acompanhar e assegurar o cumprimento do módulo II dos docentes, não sendo permitido o cumprimento individual, exceto por conveniência pedagógica.

O desenvolvimento de Projetos de ações em Função da necessidade será certamente um veículo indispensável para a realização efetiva de algumas de suas funções sociais e sendo mais uma forma de concretizar essa Proposta de trabalho. A natureza do trabalho docente requer um continuado processo de formação, indispensável ao desenvolvimento de atitudes investigativas, de alternativas pedagógicas e metodológicas na busca de uma qualidade social da educação. Não que haja algum modelo a ser seguido ou perfil profissional a ser buscado.

Esta escola busca orientar seus profissionais docentes sobre a relevância de se buscar a formação continuada, seja ela proporcionada ou não pela instituição em que ele trabalha ou pelo órgão central que a gerencia, uma vez que da formação continuada depende sua atualização e aprimoramento para o desempenho de seu trabalho e sucesso dos alunos.

O acompanhamento pedagógico das atividades será realizado pelo especialista da educação básica juntamente com o gestor que acompanhará as atividades desenvolvidas pelos docentes e discentes, visando à melhoria da qualidade de ensino e a integração escola/comunidade.

Cabe ao serviço de direção assegurar aos educando os seus direitos (conduzi-los no processo de integração com os professores, como também conscientizá-los das normas que deverão ser cumpridas, estabelecidas no regimento escolar que estará sempre à disposição).

O planejamento semestral será elaborado pelos professores em comum acordo com a escola e família do educando, com seu devido acompanhamento e em consonância com o CBCs, especialmente com os itens da matriz de referência das avaliações do PROEB (Programa de avaliação da educação básica) e SIMAVE (Sistema mineiro de avaliação da educação).

Avaliação

A escola deverá elaborar e aplicar avaliações diagnósticas, especialmente de Matemática e Língua Portuguesa, para os alunos. Deverá ainda fazer o cronograma e organizar junto com os professores simulados da Provinha Brasil, PROALFA e PROEB para os alunos do 2º ano, 3º ano, 5º ano, 9º ano e 3º ano do Ensino Médio.

Também é dever da escola, apresentar sugestões de metodologias novas para a aprendizagem do aluno; promover na escola concursos de redações/recital de poesia; estimular e oportunizar os docentes e discentes a participar de concursos; olimpíadas, palestras educativas e outras atividades que proporcionam e acrescentam a aprendizagem, que fazem parte da estrutura pedagógica da mesma, sem fugir à orientação de trabalho dos CBCs e dos PCNSs.

Para Vasconcelos (2000):

[...] avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

Cabe ao serviço de supervisão e direção assegurar aos alunos os seus direitos, conduzindo-os no processo de integração com os professores, família/escola, como também conscientizando quanto às normas que deverão ser cumpridas.

A gestão democrática, como princípio importante para o desenvolvimento do ensino público de qualidade, precisa ser vivenciada, por meio de práticas democráticas na escola como um todo e também no trabalho que é desenvolvido em particular no âmbito da sala de aula.

A democracia na sala de aula é possibilitada por meio de uma abordagem que privilegie o desenvolvimento dos conteúdos de ensino articulados ao meio sociocultural e à experiência dos alunos. Somente quando ocorre a participação dos vários grupos da escola, a autonomia que foi delegada por lei se transforma em outra, construída a partir das práticas desenvolvidas por aqueles que fazem a escola.

Sobre o compromisso para com a prática docente, Gadotti (2002, p. 7) traz um alerta quando diz:

O professor precisa indagar-se constantemente sobre o sentido do que está fazendo. E isso é fundamentalmente para todo o ser humano, como ser que busca sentido o tempo todo, para o professor é também um dever profissional.

Faz parte de sua competência profissional continuar indagando, junto com seus colegas e alunos, sobre o sentido do que estão fazendo na escola. Ele está sempre em processo de construção de sentido.

A abertura da escola a críticas e sugestões internas e externas será recurso permanente de realimentação e recriação dessa proposta, ao percorrer os caminhos que desafiam na busca do bem-estar dos alunos, pais, professores e demais funcionários.

É interessante frisar que quando busca a construção de sua autonomia, a escola está exercitando seu próprio processo de democratização, assumindo seu caráter de espaço público como instituição que exerce um papel fundamental no processo de construção da cidadania. Portanto, é necessário que a escola avance no sentido de compreender que a autonomia não é algo a ser imposto, que a escola deva cumprir, é sim, uma prática a ser assumida pela própria escola, sua maior interessada.

6 - Relações de Trabalho

Na gestão das relações de trabalho da E. E. “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias”, as divergências são discutidas e trabalhadas de forma a serem respeitados os pontos de vista de cada um, porém, a ênfase na consolidação dos mesmos são o bem comum. Há a valorização do diálogo em todos os níveis e em todas as situações. Os profissionais procuram a coerência entre aquilo que apregoam para os seus alunos e sua prática orientando os alunos utilizando exemplos de vida. De forma democrática e coletiva são definidos, os direitos e deveres, assim como limites e normas são consideradas básicas para regular as relações pessoais e profissionais dentro da escola. Na escola prevalecem relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre os pares, assegurando a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo educacional.

Havendo nesta escola interesses e propostas diferentes que possam surgir entre a direção, os professores, alunos e funcionários, estas serão negociadas para chegar a um pacto em que se garanta o respeito, as regras fundamentais às leis, aos regimes que sustentam a instituição, reforçam as identidades individuais e grupais, respeitando as ideias e atitudes, ou seja, a diferença do outro.

Esta proposta constitui-se num elemento de alta relevância para a construção de uma escola reflexiva, democrática e participativa. A mesma não está perfeita e acabada, uma vez que o processo educacional tende a ser muito dinâmico e passível de mudanças constantes. A sua reconstrução, bem como sua vivência, marca uma jornada de muito trabalho e fortalecimento político e democrático do nosso compromisso com a formação de sujeitos capazes de exercer bem a sua cidadania.

“Conforme Vasconcellos (1995), o diagnóstico não é simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantar dificuldades; antes de tudo é um confronto entre a situação que vivemos e a situação que desejamos viver.”

O professor é um profissional que é referência para todos os alunos, sendo transmissor de conhecimento aos alunos, deverá desenvolver seu trabalho como coordenador, articulador, organizador, problematizador e sistematizador das relações educativas desenvolvidas dentro e fora da escola que envolva os alunos. Não existe uma ou outra melhor turma na medida em que todas têm formação

heterogênea, porém, é preciso que todas sejam visualizadas com a devida relevância de que necessitam. Ao organizar seu trabalho este deverá ter uma visão ampla de que os planos de ensino deverão atender toda a clientela, não sendo este apenas uma exigência burocrática, mas sim uma das alternativas importantes para o sucesso do processo educativo. Torna-se relevante que o trabalho docente ocorra de forma a promover a interação e articulação do trabalho em equipe entre professores, equipe pedagógica e demais segmentos da escola, onde o objetivo primordial a ser alcançado deverá ser o sucesso da aprendizagem.

Cabe à especialista da educação básica permear as relações entre professores, alunos e direção, priorizando sempre a harmonia, enfatizando o diálogo, buscando sempre a reflexão como forma efetiva no alcance dos objetivos propostos. Neste sentido, não poderá perder de vista a essência de seu trabalho, a coordenação do processo pedagógico da escola, tendo como base para o desenvolvimento de seu trabalho, referenciais que privilegiem o sucesso da aprendizagem dos alunos.

O projeto político pedagógico traz em todas as suas dimensões as possibilidades para a tomada de decisões que sejam elaboradas de forma coletiva, direcionando um caráter dinâmico às propostas de mudança vinculadas a escola e a todos os atores sociais nela inseridos. Faz-se necessário a organização e estruturação de práticas e princípios educacionais que proporcionem aplicabilidade e aceitabilidade da comunidade escolar ao que precisa se efetivar de forma democrática, assegurando a participação de todos dando-lhes o direito de vez e voz que lhes são garantidos pela legislação.

As características do projeto político-pedagógico foram destacadas por Diogo (apud Vasconcelos, 2000, p. 169) com as seguintes palavras:

O projeto educativo é, claramente, um documento de planificação escolar que poderíamos caracterizar do seguinte modo: de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarca todos os aspectos da realidade escolar; flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participativa e resultado de consensos.

Portanto, o processo de mudança na escola é orientado pelo projeto político-pedagógico direcionando todos para o futuro, objetivando a explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação que melhor organizem, sistematizem e

torne significativas as atividades desenvolvidas pela escola e todos envolvidos nela como um todo. Pressupõe em sua dimensão político-pedagógica a busca pela construção política participativa envolvendo os diversos segmentos escolares de forma ativa e participativa.

7 - Avaliação

A avaliação é o meio pelo qual o processo ensino-aprendizagem passa por uma verificação. É através dela que professores acompanham este processo e analisam o alcance dos objetivos propostos para os conteúdos norteadores de sua ação educativa. Todavia é preciso selecionar instrumentos que possibilitem reunir dados para tal análise. Uma vez que a avaliação é um instrumento de cunho educativo, esta deve ser trabalhada objetivando o crescimento integral do aluno, sendo esta um desafio para que o mesmo assuma uma tomada de consciência sobre ele mesmo e a realidade da qual faz parte. Mais que um processo de cunho formativo e ou classificatório, a avaliação deve contribuir para que o indivíduo cresça, possibilitando ao mesmo tempo o crescimento da pessoa com quem ele convive.

Nessa perspectiva, Silva (1997) afirma que:

[...] a avaliação implica autodeterminação, respeito por si próprio e pelo outro, equilíbrio emocional, comunicação. Coragem, esforço, disponibilidade, iniciativa, discernimento, autenticidade, sensibilidade, entusiasmo, responsabilidade [...]

O educador deve ter consciência de que a avaliação não pode ser um processo desprovido de valores, deve ter como objetivo buscar o fortalecimento e o despertar de um clima de autoconfiança, onde os atores envolvidos sintam mais segurança frente às situações do seu dia a dia.

A avaliação do trabalho escolar nesta instituição de ensino constitui-se um processo de ação-reflexão-ação, em que o professor redireciona o ensino no sentido da aprendizagem. A função da avaliação escolar é a de obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno, constituindo-se em um procedimento permanente de suporte ao processo ensino-aprendizagem, de orientação para o professor para que possa planejar suas ações, a fim de conseguir ajudar o aluno a prosseguir, com êxito, seu processo de escolarização. Para tanto, cabe aos professores interpretar qualitativamente os conhecimentos construídos pelos alunos, considerando-se que esse conhecimento abrange as áreas cognitiva, afetiva e social. Nesta escola a avaliação tem as seguintes características: contínua e processual, dinâmica, participativa, diagnóstica, formativa e investigativa. O objetivo primordial da avaliação aqui aplicada é diagnosticar as deficiências na aprendizagem para repensar o processo de ensino e redimensionar o caráter

metodológico utilizado. A avaliação de desempenho do aluno deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Na concepção de Haidt (1995, p. 288), avaliar a aprendizagem consiste:

[...] a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

O objetivo da mesma é fazer com que nosso educando compreenda o processo avaliativo como um instrumento de medida de sua apreensão em relação ao conteúdo, buscando assim desmistificar a aplicação da avaliação como instrumento punitivo e sim classificatório. A avaliação deverá ser planejada, tendo como foco não apenas o aluno, mas cada atividade desenvolvida, assim como, o trabalho e a atuação de todos os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem, propiciando uma autoavaliação de todos os envolvidos neste processo.

As atividades de preparação para a avaliação do desempenho das escolas da rede estadual de ensino, SIMAVE/PROEB, deve ser periódica e permanente. A realização desta avaliação possibilita reunir informações sobre o desempenho dos alunos no ano letivo vigente. Contudo, a finalidade destas avaliações vai além das informações traduzidas pelos resultados, da identificação dos erros e acertos, pois avaliar é mais que isso: é preparar-se para a ação. A função principal da avaliação do SIMAVE/PROEB é indicar caminhos possíveis para os professores superarem as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas com alternativas de intervenção didática e orientar as escolas para que se preparem verdadeiramente para cumprir o seu papel: o de fazer a diferença na vida de seus alunos. A avaliação externa tem como ação estratégica, refletir sobre o processo de avaliação, interpretando e analisando os resultados de desempenho dos alunos e da escola. A E.E. “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” participa efetivamente do sistema de avaliação externa da rede estadual de ensino, seguindo as orientações da SRE para aplicação das mesmas, realizando um trabalho efetivo para o alcance das metas traçadas pela escola. Dessa forma, os professores e os especialistas poderão dispor de informações precisas e de dados válidos referentes ao rendimento escolar

dos alunos, o que permitirá um ajuste mais adequado das estratégias pedagógicas em relação às suas características e necessidades.

Para tanto, é preciso um repensar sobre as concepções e formas de avaliar o aluno e a prática pedagógica. A escola deve propiciar ao seu professor essa possibilidade, fazendo com que o mesmo assuma sua co-responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem, sem jamais perder o foco essencial do processo avaliativo: a aprendizagem de seus alunos.

Considerações finais

Embora o Projeto Pedagógico se caracterize por ser inacabado, flexível e aberto a novos ideais de escola, chamamos a atenção para a sua relevância, como sendo uma diretriz política para a E.E. “Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias” bem como, uma implantação concreta de novos canais de participação da comunidade escolar nos conflitos gerados com os órgãos da educação. Enfatizamos também, que apesar da importância dada ao projeto em si, muito se tem a fazer pela participação efetiva da comunidade escolar e, nesse sentido, pela construção teórica do pessoal envolvido, evitando a cristalização dos avanços obtidos e de possíveis distorções em relação ao foco que o projeto político pedagógico deve visar.

De nada adianta a consciência sem a ação. Podemos ter a consciência de que todos têm o direito a uma educação de qualidade, podemos ter a consciência de que é preciso oferecer uma educação que propicie o indivíduo a transformar a realidade, podemos ter a consciência de que só uma educação transformadora forma o cidadão crítico e consciente.

Todavia, só ter consciência não transforma o indivíduo nem a sociedade. É preciso ter atitude, e transformar a realidade que nos cerca da qual fazemos parte, esse é o primeiro passo para uma grande transformação na sociedade. “Construir juntos revela o postulado democrático vivenciado no plano interpessoal, do respeito ao outro, como sujeito, como ser humano dotado de razão e inteligência, de consciência e valor moral.”

A escola, este espaço de culturas múltiplas e de ânsias mil, precisa estar preparada para o impacto das tecnologias avançadas. Se de um lado existe o aprendiz que sonha até os limites de sua casa, de sua terra, de sua roça, do outro há também os que, através de várias disciplinas, viajam, transcendem os limites do seu país, da sua cidade sonhando em cada disciplina encontrar o seu mundo.

Segundo Paro (1999), “toda instituição social carece de processos administrativos e a administração, em sua forma geral, refere-se à utilização racional dos recursos para a obtenção de fins determinados”.

Desejamos contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento de desafios, com sentido de empreendimento e determinação em pensar constantemente sobre nossas próprias ações, avaliando resultados e perspectivas,

qualificando nosso aluno para a vivência coletiva, crítica e harmônica na sociedade garantindo seu lugar e seu espaço.

É pensando assim que nossa proposta pretende explorar as competências de cada educando, conduzindo-o ao conhecimento aprimorado e integrado à sua realidade por uma prática do diálogo, da reflexão do aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer, princípios fundamentais da educação que ajudam a enfrentar os desafios e problematizações, fomentando a habilidade crítica e construtiva.

Sendo assim, é fundamental organizar a escola como espaço vivo onde a cidadania seja exercida e as estratégias colaborem para a integração e comprometimento da comunidade em busca de uma prática pedagógica democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES José Matias. Organização, gestão e projecto educativo das escolas. Porto Edições Asa, 1992.

BARBIER, Jean. M. Elaboração de projectos de ação e planificação. Porto: Porto Editora, 1996

BERNSTEIN, Brasil. Classes, códigos y control. Madri Ákal, 1989.

CORNBLETH Catherine. "Para além do currículo oculto?". In: Teoria Educação nº 5. Porto Alegre, Pannonica, 1991.

DEMO Pedro. Educação e qualidade. Campinas, Papirus, 1994.

DOMINGOS, Ana Maria et alii. A teoria da Bernstein em sociologia da educação. Lisboa, Fundação Calouste Gulhekan, 1985.

ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1. 144.

FREITAS Luiz Carlos. "Organização do trabalho pedagógico". Palestra proferida no V11 Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

_____. "Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática". Tese de livre-docência. Campinas, Unicamp, 1994.

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GADOTTI, Moacir. Atualidade de Paulo Freire: continuando e reinventando um legado. Seminário Internacional "Educação e Transformação Social: Questionemos nossas práticas. Cruzamento de Saberes e práticas em torno de Paulo Freire" (Recife, 2-4 maio de 2002, e Paris, 16-18 set. 2002).

HAIDT, R. C.C. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 1995.

GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação: Para além das teorias da reprodução. Petrópolis, Vozes, 1986.

HELLER, Agnes. Para mudar a vida. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MACHADO, Antônio Berto. "Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola". In: Educação em Revista no 9. Belo Horizonte, jul. 1989, pp. 27-31.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto Pedagógico em favor da escola. Belo Horizonte: AMAE Educando. Ano XXXIII. nº291 – maio. 2000 ISSN 0102, p. 12-7.

MOREIRA, Antônio Flávio B. "Currículo e controle social". In: Teoria e Educação no 5. Porto Alegre, Pannonica, 1992.

NÓVOA, Antônio. "Para uma análise das instituições escolares". In: Antônio Nóvoa (org.) As organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

PADILHA, P.R. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. 5. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005. (Guia Escola Cidadão, v.7.)

PARO, Victor Henrique. "Situações e perspectivas da administração da educação brasileira: Uma contribuição". In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Brasília, Anpae, 1983.

RIOS, Terezinha. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". In: Série Idéias. São Paulo, FDE, 1982.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da 'vara'". In: Revista Ande no 3. São Paulo, 1982.

_____. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

SILVA, M. A. L. Avaliação do rendimento escolar ou punição?. 1997. Tese (Doutorado em Educação) PUCRS, Porto Alegre, 1997.

VASCONCELOS, Celso. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto educativo - elementos metodológicos para elaboração e realização. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.1. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 200.

VEIGA, Ilma P.A. "Escola, currículo e ensino". In: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma P.A. e CARVALHO, M. Helena S.O. "A formação de profissionais da educação". In: MEC. Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 1994.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de . Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.